

a história do líder que virou estadista a biografia de juscéline kubitschek

A biografia de Juscelino Kubitschek já mereceu várias versões. Esta que a Revista do Legislativo reproduz está incluída no Dicionário Biográfico de Minas Gerais – Período Republicano 1889/1991, editado pela Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais. O trabalho foi coordenado por Norma de Góis Monteiro e o verbete de JK é assinado pela historiadora Vera Alice Cardoso Silva. Outras 1.581 personalidades mineiras estão biografadas na primeira edição do Dicionário Biográfico de Minas Gerais, que data de 1994, disponível para consulta na Biblioteca “Camilo Prates” da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.



Político, médico e empresário, nasceu em 12 de setembro de 1902, em Diamantina/MG, e faleceu em 22 de agosto de 1976, vítima de acidente automobilístico na Via Dutra, próximo a Rezende/RJ, sendo sepultado em Brasília/DF, no cemitério Campo da Esperança. No dia 12 de setembro de 1981, seu corpo foi transladado para o Memorial JK, em Brasília.

Filho de João César de Oliveira e Júlia Kubitschek de Oliveira. Pelo lado paterno, pertenceu a uma família de “capangueiros”, como eram conhecidos os pequenos comerciantes que negociavam com diamantes adquiridos dos garimpeiros. Do lado materno, o bisavô era o marceneiro João Nepomuceno Kubitschek, imigrante vindo da Boêmia, então parte do Império Austro-Húngaro, que deve ter entrado no Brasil por volta de 1830/35, casando-se pouco depois com uma brasileira. O avô materno de Juscelino, Augusto Elias Kubitschek, foi comerciante de recursos escassos e jamais deixou Diamantina. O tio-avô, João Nepomuceno, destacou-se como advogado provisionado e professor. Durante a Monarquia, ocupou o posto de diretor de Instrução Pública na Província. Participou do movimento republicano ao lado de João Pinheiro. Na República, elegeu-se senador estadual e vice-presidente do Estado, comendo a chapa do Partido Republicano Mineiro, com Crispim Jacques Bias Fortes, para o mandato de 1896/98. O pai de Juscelino, João César de Oliveira, foi sucessivamente garimpeiro, lapidador, caixeiro viajante. Por algum tempo, exerceu as funções de delegado de polícia, cargo não remunerado naquela época, tendo sido depois nomeado fiscal de Rendas Municipais. Morreu aos 33 anos, vitimado pela tuberculose, no dia 10 de janeiro de 1905. Sua mãe, Júlia, professora primária no município desde 1895, assumiu então a educação dos filhos, Juscelino e Maria da Conceição (1901/65).

Concluídos os primeiros estudos, o único meio de Juscelino continuá-los sem sair de Diamantina foi ingressar no Seminário Diocesano, para o qual entrou em 1914. Ali, recebeu ensino gratuito, não tendo, no entanto, assinado o compromisso de seguir carreira eclesialística. Deixou aquele educandário em 1917, tendo então de mudar-se para Belo Horizonte, onde prestaria os exames preparatórios para o curso superior. Para resolver seu problema de manutenção na Capital, prestou concurso para a Repartição Geral dos Telégrafos, em 1919. Embora aprovado, sua nomeação só saiu em maio de 1921, ano em que concluiu os exames preparatórios, ingressando na Faculdade de Medicina em janeiro de 1922. Fez todo o curso trabalhando à noite

como telegrafista. Na repartição, foi colega de José Maria Alkmim, seu amigo desde 1916, que acabou casando-se com uma de suas primas. Teve outros colegas e contemporâneos que vieram a destacar-se na vida pública: Pedro Nava, Odilon Behrens, Pedro Sales, Rafael de Paula Souza.

Após formar-se, em 17 de dezembro de 1927, permaneceu ligado à Faculdade como assistente nas cadeiras de Clínica Cirúrgica e Física Médica, regidas pelos professores Otaviano de Almeida e Baeta Viana. Trabalhou também como assistente de Júlio Soares, de quem veio a ser cunhado, na Clínica Cirúrgica da Santa Casa. Nessa mesma época, graças à interferência de Alkmim, já formado em Direito e vice-diretor da Imprensa Oficial, foi nomeado médico da Caixa Beneficente daquele órgão. Após dois anos de exercício da profissão, Juscelino decidiu aperfeiçoar-se na Europa. Reunindo as economias e com a ajuda de um empréstimo bancário, seguiu para Paris, em abril de 1930. Ali, no Hospital Cochin, seguiu o curso de especialização em Urologia, ministrado pelo professor Maurice Chevassu. Só retornou ao Brasil em novembro de 1930, após a vitória da revolução que levou Getúlio Vargas ao poder. No dia 17 de março de 1931, foi nomeado médico da Força Pública Mineira, sendo encarregado do Laboratório de Análises Clínicas do Hospital Militar e do Serviço de Urologia.

Em 30 de dezembro daquele ano, casou-se no Rio de Janeiro/DF, com Sara Gomes de Lemos, filha de um político mineiro já falecido, Jaime Gomes de Souza Lemos. Seu casamento tornou-o parente por afinidade dos políticos Otacílio, Francisco e Jair Negrão de Lima, de quem sua mulher era prima pelo lado materno. Uma das irmãs de Sara, Amélia, casou-se com Gabriel de Resende Passos, que disputou com Juscelino o governo de Minas, em 1950, como candidato da UDN.

Em julho de 1932, quando da eclosão da Revolução Constitucionalista, o capitão-médico Juscelino Kubitschek seguiu com as forças legalistas para a frente de batalha, na região da Mantiqueira, onde o coronel do Exército Cristóvão Barcelos encarregou-o de montar um hospital para o atendimento dos feridos.

Entre as amizades feitas na campanha, foi de especial relevância para Juscelino a do delegado federal na região, o futuro interventor e governador de Minas Benedito Valadares Ribeiro. Pelas mãos deste, já na direção pública do Estado desde 13 de dezembro de 1933, Juscelino entrou na vida pública como membro do Gabinete Civil do novo interventor. Nesse cargo, começou a se interessar pela política de



AALEMG/JG

José Maria Alkmim



ACJ/JG

Sara Gomes de Lemos



AALEMG/JG

Benedito Valadares

Diamantina, obtendo liberação de verba para a construção da ponte ligando a cidade a Rio Vermelho.

Já na vigência da Constituição de 16 de julho de 1934, elegeu-se deputado federal pelo Partido Progressista, no pleito realizado em 14 de outubro de 1934. Sua liderança regional confirmava-se com as eleições municipais de junho de 1936, com a vitória de seu candidato à Prefeitura de Diamantina e a conquista de 11 das 15 cadeiras na Câmara Municipal daquela localidade. Como deputado federal, Juscelino já encontrou em vigor a Lei nº 48, de 4 de abril de 1935, que se tornou conhecida como Lei de Segurança Nacional. O panorama político radicalizava-se com a atuação ativa do movimento de direita, concentrado na Ação Integralista Brasileira, e do movimento de esquerda, organizado na Aliança Nacional Libertadora. A falta de partidos nacionais dificultava a institucionalização do novo regime. Em verdade, o estadualismo que marcou a vida política nacional durante a Primeira República recrudescia à medida que começavam as articulações para as eleições presidenciais marcadas para 1938. A representação classista no Congresso e o Clube Três de Outubro, que reunia a liderança do movimento tenentista, não conseguiram modificar os costumes políticos herdados do liberalismo formal que caracterizara o regime oligárquico. Aos poucos, fortaleciam-se as razões que levaram a liderança nacional, encabeçada por Vargas, a impor ao País o autoritarismo modernizador do Estado Novo. Juscelino não participou de nenhuma das articulações da oposição – quer da direita, quer da esquerda – contra Vargas e o regime centralizador que aos poucos se impunha, destruindo os resquícios do federalismo tradicional da Primeira República. Mesmo com as forças que no Congresso apoiavam o governo federal, instalava-se a dissensão, como ficou claro quando da eleição do presidente da Mesa da Câmara dos Deputados, realizada em 3 de maio de 1937. Pedro Aleixo, favorável às orientações varguistas, recebeu 152 votos e Antônio Carlos, um dos últimos representantes do liberalismo tradicional, foi derrotado com 131 votos.

No dia 10 de novembro de 1937, aproveitando-se do ambiente de intensa polarização política, criado não só pela campanha dos candidatos à presidência da República (o opositorista Armando de Sales Oliveira, o governista José Américo de Almeida e o integralista Plínio Salgado), como também pela campanha anticomunista liderada pelo governo federal, Getúlio Vargas deu o golpe que instituiu o Estado Novo. Com apoio da alta cúpula militar, fechou o Congresso Nacional e

declarou extintos os partidos políticos. Desalentado com o rumo tomado pela política brasileira, Juscelino decidiu abandonar a vida pública. Retornou à clínica em Belo Horizonte e às atividades na Santa Casa. Em fins de 1938, foi promovido a tenente-coronel-médico da Força Pública e nomeado chefe do Serviço de Cirurgia do Hospital Militar.

Sua volta à carreira política se deu quase que à sua revelia, com a nomeação para a Prefeitura de Belo Horizonte, em 15 de abril de 1940. Benedito Valadares o havia sondado previamente, mas Juscelino recusara o cargo. Surpreendido com a publicação de sua investidura no “Minas Gerais”, não teve como recusar. A princípio, buscou conciliar a medicina com a administração pública. Só abandonou a primeira profissão definitivamente no início de 1945. À frente da Prefeitura de Belo Horizonte, pôs em prática uma série de medidas destinadas a modernizar e ampliar a cidade. Autorizou o asfaltamento das Avenidas Afonso Pena e do Contorno e a abertura de avenidas radiais ligando a Avenida do Contorno às áreas suburbanas e às vias de acesso à cidade. Promoveu a ampliação do Bairro de Lourdes, a criação de novos bairros, como o Sion, a Cidade Jardim (concebida na ocasião como um bairro modelo) e o dos Industriários. Criou a Escola de Pintura do Parque Municipal, entregando-a à competente e sensível direção de Alberto da Veiga Guignard. Fundou a Escola de Arquitetura e Belas-Artes, posteriormente incorporada à Universidade Federal de Minas Gerais. Em abril de 1941, passou a presidir a Sociedade de Cultura Inglesa de Belo Horizonte, fazendo declarações favoráveis aos aliados por ocasião da Segunda Guerra Mundial. Mas, como prefeito, sua mais notável realização foi o conjunto arquitetônico da Pampulha, a primeira grande obra pública de Oscar Niemeyer. A construção da capela, sob a invocação de São Francisco de Assis, mereceu a desaprovação de dom Antônio dos Santos Cabral, arcebispo de Belo Horizonte, por ter sido projetada por Niemeyer e pintada por Cândido Portinari fora dos padrões clássicos da arte sacra (só em abril de 1959, após a mudança do arcebispo, o templo seria consagrado pelas autoridades eclesiais). Iniciou a construção do Teatro Municipal, mais tarde batizado de Francisco Nunes. Ordenou a reconstrução da Fazenda Velha, única construção ainda existente do primitivo povoado de Curral del-Rei, núcleo inicial de Belo Horizonte, instalando ali o Museu da Cidade. Fundou o Lar dos Meninos para crianças desamparadas. Instalou restaurantes populares e o Serviço de Ambulatório do Hospital Municipal.



Getúlio Vargas



Av. Afonso Pena



Igreja de São Francisco

No final do Estado Novo, Juscelino apoiou a candidatura do então ministro da Guerra, general Eurico Gaspar Dutra, à presidência da República, já sob a bandeira do recém-criado Partido Social Democrático. Participou da convenção de lançamento do PSD, no dia 8 de abril de 1945, patrocinada pelo interventor Benedito Valadares Ribeiro. Foi, na ocasião, indicado 1º-secretário do Partido em Minas. Em 17 de julho daquele ano, a 1ª Convenção Nacional do PSD homologou a candidatura de Dutra para a presidência. No dia 8 de outubro, o PSD mineiro lançava sua lista de candidatos à Assembléia Constituinte, incluindo o nome de Juscelino.

Com a deposição de Vargas, no dia 29 de outubro de 1945, deixou a Prefeitura de Belo Horizonte, onde foi substituído pelo engenheiro João Gusman Júnior. Usando da influência que lhe garantia a expressiva votação que obteve como deputado constituinte e o fato de o PSD ter-se sagrado o partido majoritário nas eleições de 2 de dezembro de 1945, Juscelino conseguiu indicar um de seus colaboradores, Pedro Laborne Tavares, para continuar seu trabalho na prefeitura.

Dividido internamente entre as candidaturas de José Francisco Bias Fortes – oficialmente indicado pela convenção estadual – e de Carlos Coimbra da Luz, ex-ministro de Dutra, o PSD não conseguiu vencer as eleições para o governo do Estado, em janeiro de 1947. Foi crucial a atuação conciliadora de Juscelino, que havia apoiado Bias Fortes na obra de reunificação do partido, de modo a assegurar sua unidade para as eleições de 1950. Não conseguiu evitar as cisões pessedistas em nível nacional, que acabaram levando à derrota o candidato Cristiano Machado na competição com Vargas. Mas, em Minas, seu sucesso foi inegável, assegurando sua vitória folgada na disputa ao governo do Estado, diante do candidato udenista, Gabriel Passos, seu concunhado.

Na política nacional, Juscelino tentara assegurar consenso em torno de um só candidato para a presidência que contasse com o apoio de todos os partidos. Chegou até a articular o então chamado Acordo Mineiro, que teve a adesão dos líderes Gabriel Passos, da UDN, e Mário Brant, do PR. A tentativa não vingou, abrindo espaço para a vitória eleitoral de Vargas, lançado pelo PTB, que competiu com o brigadeiro Eduardo Gomes, candidato da UDN, e com Cristiano Machado, indicado pelo PSD. No PSD mineiro, a disputa pela indicação, que punha em confronto Juscelino e Bias Fortes de novo na arena política, acabou resolvida sem maiores traumas a favor do primeiro,

que contava com o apoio do Partido Republicano, do ex-presidente Artur Bernardes. Em dois meses de campanha, Juscelino galvanizou o eleitorado mineiro com o apelo do “Binômio: Energia e Transportes”, sugerido pelo amigo historiador Pedro Calmon. Recebeu oferta de apoio político de Vargas, mas recusou-a, argumentando que seu partido apoiava outro candidato à presidência. Solicitou, apenas, a não-intervenção de Getúlio na eleição mineira.

O resultado do pleito de 3 de outubro de 1950 mostrou Juscelino com 714.365 votos e Gabriel Passos com 544.086. Tomou posse no governo de Minas em 31 de janeiro de 1951, tendo como secretários José Maria Alkmin, nas Finanças; Pedro Braga, no Interior; Tristão da Cunha, na Agricultura; José Esteves Rodrigues, na Pasta da Viação e Obras Públicas; Mário Hugo Ladeira, na Saúde; e Odilon Behrens, na Educação. Ao mesmo tempo, Vargas empossava-se no governo federal, levando para o Ministério da Justiça o indicado de Juscelino, Francisco Negrão de Lima.

Em seu discurso de posse, o governador acentuava a gravidade do problema social, que “cresceu e transbordou, destruindo e tornando caducos os sistemas políticos mais tradicionais”. Para resolvê-lo, considerava que a modernização de Minas devia ser apressada, não se justificando mais a marginalização de regiões inteiras, a não ser pela incúria de seus administradores. Do ponto de vista de sua base econômica, o Estado ainda se achava na fase que chamou de “civilização da lenha”. Cumpria apressar a expansão da capacidade instalada de produção de energia elétrica, processo até então muito lento. Com a política energética que propunha, esperava agregar 200 mil cv à rede hidrelétrica mineira.

De fato, ao final de seu governo, Minas contava com a capacidade instalada de 600 mil cv, o que significava um acréscimo real de 250 mil cv. O meio encontrado para produzir esse excelente resultado, que realmente assegurou a definitiva entrada de Minas na era da industrialização, foi a criação das Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A. (Cemig), cuja direção foi entregue às competentes mãos do engenheiro Lucas Lopes. A Cemig originou-se da Lei nº 828, de 14 de dezembro de 1951, que modificou o sistema de participação do governo estadual nas companhias hidrelétricas. A referida lei representava a estratégia longamente discutida por Juscelino e seus assessores, na busca de superação dos óbices financeiros e burocráticos que se colocavam para a rápida implementação de uma política eficiente de modernização da

AALEMS/JG



Eurico Dutra

AALEMS/JG



Carlos Luz

AALEMS/JG



José Fco. Bias Fortes

infra-estrutura econômica de Minas. Autorizava a organização de uma única sociedade de economia mista por ações, com a função de construir e explorar diretamente sistemas de produção, transmissão e distribuição de energia elétrica e serviços correlatos. Cabia-lhe, também, auxiliar na criação, administração e financiamento de sociedades de economia mista de caráter regional, com a mesma finalidade. A Cemig, regulamentada pelo Decreto nº 3.170, de 20 de fevereiro de 1952, surgiu então como uma companhia auxiliar que deveria unificar todo o sistema de produção de energia elétrica no território mineiro, padronizando as unidades produtoras para a posterior integração das usinas num só sistema de transmissão e distribuição. Os financiamentos necessários para a construção ou expansão de centrais hidrelétricas foram contraídos com o recém-criado Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e com o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), com o aval do governo federal.

A revolução energética começou com a construção da Usina de Salto Grande, no rio Santo Antônio, que atenderia o Centro e o Sul de Minas. Prosseguiu com Itutinga, no rio Grande, assegurando energia para o Oeste e o Sul do Estado. Organizou-se a Companhia de Eletricidade do Médio Rio Doce para o aproveitamento da Cachoeira da Fumaça, no rio Tronqueiras, Município de Governador Valadares. Foi ampliada a Usina de Piau, no Município de Santos Dumont, para aumentar o abastecimento de energia para Juiz de Fora e toda a região de Cataguases e Leopoldina. Construiu-se a barragem de Cajuru, que ampliou o fornecimento para Belo Horizonte.

O desenvolvimento de Uberaba recebeu forte impulso com a expansão da Usina de Pai Joaquim. Foram intensificados os estudos para o aproveitamento do potencial hidráulico dos rios Jequitai e Pandeiros, o qual permitiria a eletrificação dos municípios do Norte de Minas e das cidades ribeirinhas do São Francisco.

Ao apresentar o Plano de Eletrificação em mensagem à Assembléia Legislativa, em junho de 1951, Juscelino deixou claro que apresentava a síntese de muitos estudos já feitos pelos governos anteriores, que delineavam as obras básicas e as normas a serem seguidas pelo governo em apoio à iniciativa dos municípios e de particulares. Mostrava que tal plano não poderia limitar-se aos aspectos técnicos do problema energético. Deveria, também, cuidar da organização do sistema global, o que incluía previsões de demanda futura, delineamento dos tipos de indústrias a instalar no Estado e linhas de política tarifária

e econômica a serem seguidas nos planejamentos de fornecimento de energia. Ao discutir os meios de captar recursos para a eletrificação de Minas, Juscelino reconhecia a carência de capital público e as dificuldades de mobilização de capital estrangeiro. Este, de fato, só afluiria se houvesse capital nacional em montante igual, entrando nas mesmas condições de risco. Por isso, propunha política tarifária estimuladora de investimento privado nacional. Entre as medidas cuja aprovação conseguiu, estava a implementação do Fundo de Eletrificação, já previsto na Constituição Estadual de 1947, que passou a captar a contribuição indireta dos consumidores, por meio de taxas especiais, e sua contribuição direta, mediante tomada de ações ou aquisição de títulos da dívida das empresas de eletricidade. A criação da Cemig garantiu um elevado padrão de racionalidade aos investimentos dos recursos advindos do Fundo de Eletrificação. Juscelino alinhou as vantagens que a empresa oferecia: financiamento em melhores condições do que o obtível pelas companhias de operação local; serviço técnico aperfeiçoado e custos mínimos de construção e manutenção; compras em massa para as subsidiárias, com vantagens nos preços unitários; fornecimento às pequenas empresas da experiência e dos recursos das grandes; melhoria da qualidade e confiabilidade dos serviços para as cidades menores; substituição gradual de instalações antigas e deficientes por grandes estações geradoras interligadas. Os efeitos multiplicadores da política de eletrificação não se fizeram esperar.

Na mensagem à Assembléia Legislativa, em junho de 1952, Juscelino anunciava a implantação da Companhia Siderúrgica Mannesmann, na Cidade Industrial. Deixava claro que, nas negociações mantidas com os investidores alemães de Dusseldorf, fora fator essencial, além do apoio dado por Vargas ao projeto, o fato de já estar em andamento o plano de eletrificação, que garantia os 10 mil kW necessários à primeira etapa e os 50 mil kW que seriam demandados a partir do terceiro ano de operação da siderúrgica. Destinava-se ela à produção de tubos de aço sem costura, ainda não fabricados no Brasil, mas cada vez mais procurados como condutores de gás e água em residências, para as prospecções petrolíferas, na indústria química e de alimentos. Seguindo a política de incentivos inaugurada por João Pinheiro da Silva e amplamente usada por Benedito Valadares Ribeiro quando da criação da Cidade Industrial, o governo mineiro garantiu à Mannesmann o terreno para suas instalações, as necessárias conexões ferroviárias e rodoviárias, bem como os elementos necessários para a construção de

AALEMG/JG



Cristiano Machado

AC



Usina de Itutinga

AC



Usina de Três Marias

uma vila operária com 600 casas. Na mesma ocasião, Juscelino anunciava conversações em andamento com outro consórcio industrial europeu, o grupo Schneider-Creusot. Dizia então: “O empenho com que o governo se volta a semelhantes iniciativas provém da convicção, hoje geralmente proclamada, de que na Zona Central de Minas Gerais se encontra uma das maiores áreas de possibilidades industriais do Brasil. O aproveitamento dos recursos que nesse sentido possuímos constitui seguramente uma das chaves da prosperidade futura do Estado, motivo por que se desdobra o governo no sentido de tudo fazer ao seu alcance para atrair técnicas e capitais em inversões industriais no Estado”.

É de fato com Juscelino Kubitschek que se inaugura o predomínio da mentalidade industrialista no governo de Minas. Até então, os governantes haviam posto a ênfase na agricultura, favorecendo quando muito a agroindústria. A possibilidade de Minas transformar-se em grande Estado siderúrgico, já antevista desde o Governo Artur Bernardes, só começou a se tornar realidade com a opção de Juscelino pela industrialização moderna. Sua visão do processo de desenvolvimento não incluía restrições ideológicas à presença estrangeira na gestão e no financiamento dos grandes empreendimentos que queria ver florescer em Minas. Sua ideologia desenvolvimentista casava mal com o nacionalismo radical que tomava conta da discussão relativa à política dos recursos minerais do petróleo, que à época apaixonava a Câmara dos Deputados e a opinião pública nacional. Era pragmático nos cálculos que fazia para o progresso econômico de Minas.

Em sua mensagem à Assembléia Legislativa, em 1953, comentava que a expansão da capacidade de produção de energia elétrica, então em andamento em Minas, coincidia com um período de crescente escassez no suprimento das regiões do Rio de Janeiro e de São Paulo. Julgava que tal situação transformava o Estado em “poderoso campo de atração para os capitais que buscam a conjugação de matérias-primas, energia elétrica e facilidades de transportes, a fim de se lançarem a ousados empreendimentos industriais”. No discurso que pronunciou na inauguração da Mannesmann, em 12 de agosto de 1954, Juscelino acentuava justamente a transformação definitiva da estrutura econômica de Minas, que passava a ser um Estado industrial. Lembrou a inauguração, ocorrida uma semana antes, da fábrica de equipamentos de transporte Metropolitan Vickers do Brasil. Por causa desse fato, a Estrada de Ferro Central do Brasil começava a instalar nos

arredores de Belo Horizonte a sua oficina de locomotivas elétricas e diesel-elétricas, já tendo encomendado à Vickers 400 motores elétricos para remodelar os já deficitários serviços de tração elétrica nos subúrbios do Distrito Federal. Juscelino regozijava-se com a entrada de Minas numa fase de modernização definitiva, de maturidade auto-sustentável. “O pensamento central que presidiu a tal transformação pode traduzir-se ainda nas dezenas de indústrias ora em surgimento em nosso Estado e pelas quais, no próximo ano, Minas estará produzindo 1 milhão de toneladas anuais de cimento contra as 500 mil t anuais de São Paulo, 700 mil t de gusa contra suas próprias 350 mil t atuais, 80 mil t de fertilizantes contra a atual produção de 5 mil t de todo o Brasil, sem falar nas carnes industrializadas com que vamos revolucionar o mercado alimentício de nossos grandes centros consumidores, graças ao maior frigorífico da América do Sul, que estamos construindo em Santa Luzia”.

Nesse processo de expansão e diversificação da economia estadual, não há como negar a importância crucial que teve a iniciativa governamental, comandada e estimulada por Juscelino Kubitschek. As duas indústrias – a de fertilizantes, a Fertisa S.A., e a de carnes industrializadas, a Frimisa S.A. – foram organizadas como sociedades de economia mista, a princípio quase que totalmente sustentadas pelo capital público. A Companhia Frigoríficos Minas Gerais S.A. (Frimisa) foi autorizada pela Lei nº 833, de 17 de dezembro de 1951. Seu objetivo era a construção e exploração de uma rede de matadouros e armazéns frigoríficos destinados à industrialização da carne e de produtos derivados. A diversidade de interesses regionais e a ausência, em Minas, de tradição de empresariamento por intermédio de companhias por ações, não obstante a presença do Estado como avalista maior do investimento, foram fatores que dificultaram a implantação rápida da empresa. Sua regulamentação só ocorreu em abril de 1953, por meio do Decreto nº 3.981, e só entrou em funcionamento efetivo em 1959. O caso da sociedade por ações Fertilizantes Minas Gerais S.A. (Fertisa), autorizada pela Lei nº 1.007, de 5 de novembro de 1953, e regulamentada, no dia seguinte, pelo Decreto nº 4.108, foi mais tranquilo, porque se tratava da produção de um insumo básico para o desenvolvimento nacional. Contou com apoio financeiro do governo federal e com recursos externos, vinculados ao empréstimo concedido a Minas pelo Banco Mundial para o reequipamento e modernização da agricultura estadual. Teve assim



Início das obras de instalação da siderúrgica



Inauguração da Mannesmann



Jk, uma mentalidade industrialista

início a exploração e industrialização dos minérios fosfatados das ricas jazidas localizadas na região de Araxá.

Ao mesmo tempo em que empenhava a máquina do Estado e todos os seus recursos na criação de condições estimuladoras da grande indústria, Juscelino não se descuidou de realizar também o segundo termo de seu slogan eleitoral, o “Binômio: Energia e Transportes”. Sua primeira providência nesse setor foi a reorganização do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais (DER/MG), que já fora implantado durante o Governo Milton Campos, tendo em vista exigência prevista na legislação federal que regulamentava a distribuição dos recursos provenientes do Fundo Rodoviário, criado pelo Decreto-Lei Federal nº 8.463, de 27 de dezembro de 1945. Para resolver o problema imediato de obter mais fundos para a construção de novas vias e melhoria das estradas já existentes, além dos repassados pelo Fundo Rodoviário, a Lei nº 1.043, de 16 de dezembro de 1953, autorizava o DER/MG a emitir apólices, previamente aprovadas pelo Conselho Rodoviário, que se compunha de representantes de todos os setores interessados na modernização da rede de transportes. Além do representante do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, nele tinham assento representantes das Secretarias de Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho e de Viação e Obras Públicas, do Departamento Geográfico do Estado de Minas, da Sociedade Mineira de Engenheiros, da Sociedade Mineira de Agricultura, da Federação das Indústrias de Minas Gerais e da Associação Comercial de Minas, sendo presidido pelo diretor do DER/MG. Além desses recursos, o setor dos transportes contava com outros, provenientes da cobrança da Taxa de Serviços de Recuperação Econômica, implantada durante o Governo Milton Campos, para o financiamento de seu programa de Recuperação Econômica e Fomento da Produção. A Lei nº 760, de 26 de outubro de 1951, estendeu a vigência da taxa, que deveria ter sido extinta no final de 1953, até dezembro de 1956. O grosso dos recursos daí advindos foi vinculado à execução das metas de eletrificação, construção e pavimentação de estradas. Sob a dinâmica direção do engenheiro Celso Murta, logo tomou forma o plano de interligação rodoviária de todo o território mineiro, pondo fim ao caráter estanque das regiões que o compõem. Foram idealizadas três estradas-tronco, às quais seriam ligadas as vias radiais de conexão: a do Sudoeste ao Centro do Estado (com as cidades de Passos e Formiga como pontos de referência); a do Centro ao Norte (Belo Horizonte–Salto da Divisa); e de Belo Horizonte

à Zona da Mata (através de Ouro Preto, Mariana e Ponte Nova). Antes mesmo de sua posse, Juscelino visitou Getúlio Vargas no Rio Grande do Sul e dele obteve o compromisso de pavimentar a Rodovia Belo Horizonte–Rio (que depois recebeu o nome de Rodovia Presidente Vargas) e de prosseguir a construção da via ligando Belo Horizonte a São Paulo. Quando Juscelino assumiu o governo, o Estado mal possuía 5 mil km de estradas pavimentadas com cascalho de tipo superior, que podiam ser usadas por automóveis e caminhões na época das chuvas. Considerando todo o território mineiro, a proporção era de 1 km de estrada por 14 km² de território. Mas as estradas estavam de fato concentradas nas regiões mais ricas do Sul e da Mata. No Noroeste, por exemplo, havia 11 km de estrada por 63 km² de território. Minas não poderia ser um Estado economicamente forte se tal dispersão territorial não fosse superada. Juscelino procurou incluir um grande número de estradas consideradas essenciais para Minas no Plano Rodoviário Nacional. Nisso contou com o apoio contínuo de Vargas, que acabou também aceitando que o governo federal encampasse a Rede Mineira de Viação, solução que a administração estadual considerava a mais eficiente para resolver os problemas de manutenção da rede ferroviária mineira. A União transferiu mais de Cr\$1 bilhão de empréstimos para Minas, por meio do BNDE, para esse fim. O Plano Rodoviário Estadual previa a construção de 2 mil km de rodovias, basicamente de estradas-tronco, além do asfaltamento de 500 km. De fato, a meta foi excedida, pois o Governo JK assegurou a abertura de 3.087 km de estradas estaduais, não contando as de responsabilidade do governo federal. Não descuidou também do transporte aéreo, tendo sido construídos no território mineiro 52 campos de pouso para aviões comerciais.

Em seu governo, não se descuidou também dos aspectos sociais. As matrículas escolares passaram de 680 mil para 1,1 milhão, tendo sido abertas 137 novas escolas e instalados 120 novos postos de saúde em diferentes regiões do Estado. Criou também duas faculdades de Medicina, uma de Direito e uma de Farmácia e Odontologia, além de cinco conservatórios de Música e uma escola de Belas-Artes.

O Governo Juscelino pôs Minas Gerais na trilha da industrialização. Pode ser considerado o marco definitivo da modernização do Estado. Para se ter uma idéia do que representou seu programa desenvolvimentista, basta a referência de um fato: sem o programa de eletrificação, que assegurou ao Estado 441 mil kW instalados, as in-

ALEM/UG



Governador Milton Campos

AC



Binômio Energia e Transportes

ACJ/JG



JK investe na instalação de aeroportos

dústrias que se organizaram desde o início da década de 50 não dispõem do insumo básico para sua operação. Só a Mannesmann consumiria 1/4 de toda a capacidade instalada em 1951.

Não há dúvida de que o sucesso de sua candidatura à presidência da República, lançada pelo PSD no início de 1955, deveu-se em grande parte à mentalidade desenvolvimentista que sempre o animou no exercício de cargos executivos. Contou também, é certo, com o carisma do mito Vargas, criado pela mensagem da carta-testamento. Juscelino pôde identificar-se rapidamente com o ideal de promoção do progresso nacional, num contexto de defesa da autonomia política do País. Seu desenvolvimento aparecia como o prolongamento coerente do nacionalismo de Vargas. No PSD, a indicação de seu nome recebeu apoio quase que total, sendo dissidentes somente as delegações do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, Pernambuco e Alagoas e parte dos convencionais da Bahia e do Distrito Federal. Nas eleições legislativas de 3 de outubro de 1954, o PSD voltara como partido majoritário tanto na Câmara dos Deputados como no Senado. A candidatura de Juscelino logo recebeu o apoio do PTB, que indicou João Goulart para a vice-presidência, e de outros partidos menores (PR, PST e PRT). Concorreu com Juarez Távora, candidato apoiado pelos partidos UDN, PDC, PSB e PL e pelos dissidentes do PSD; com Ademar de Barros, apresentado pelo PSP e por dissidentes petebistas; e com Plínio Salgado, candidato do PRP.

Em 3 de outubro de 1955, as eleições deram vitória a Juscelino, com 3.007.411 votos, contra 2.610.462 para Juarez Távora, 2.222.725 para Ademar de Barros e 714.379 para Plínio Salgado. João Goulart elegeu-se vice-presidente com mais de 200 mil votos à frente de Milton Campos, candidato da UDN. A posse da chapa vitoriosa foi ameaçada, em novembro de 1955, por grave crise política desencadeada por um grupo de militares que contestava o valor dos resultados eleitorais. A interferência segura do então ministro da Guerra, general Lott, impediu que ganhasse corpo o golpe que se armava, apoiado pela ala lacerdista da UDN.

Juscelino chegou à presidência da República aos 53 anos de idade. Vinha com toda a disposição de fazer o País avançar 50 anos de progresso em 5 anos de administração. Em discurso proferido no dia 31 de março de 1955, quando transferiu o governo de Minas ao vice-governador Clóvis Salgado, já delineava pontos de ação depois incorporados ao seu programa de administração – o Plano de Metas. Anun-

ciava que sua intenção era tirar a economia brasileira da dependência do café, expandindo as culturas alimentícias destinadas a aliviar parte significativa do balanço de pagamentos do País. A auto-suficiência nacional em alimentos pressupunha a criação de um sistema integrado de armazenamento e distribuição para todo o território brasileiro. Prometia uma revolução de alimentos que pusesse fim à inflação gerada pelo custo de gêneros básicos de sobrevivência, problema que tanto afligira o Governo Vargas. Pretendia estender para todo o Brasil a política energética que vinha mudando positivamente a face da economia mineira. Nessa ocasião, manifestou seu apoio à elaboração de uma política atômica que efetivamente promovesse a exploração e utilização pacífica dos minerais atômicos encontrados em território brasileiro. Julgava mandatário do recurso a esse tipo de fonte energética em países subdesenvolvidos como o Brasil, que não poderiam, segundo sua opinião, contar somente com o potencial hidráulico para fazer avançar a modernização.

Na elaboração inicial e nas modificações posteriormente introduzidas, sempre sob a supervisão de Juscelino, o Plano de Metas contou com o concurso do engenheiro Lucas Lopes, que organizara a Cemig, e do economista Roberto de Oliveira Campos, que já presidira o BNDE durante o último Governo Vargas. O detalhamento das metas baseou-se amplamente em estudos anteriores já realizados pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, que funcionou de julho de 1951 a julho de 1953, e em relatórios do grupo de trabalho Cepal/BNDE, que também se organizara durante a administração do Governo Vargas. A Cepal era a Comissão Econômica para a América Latina, órgão da Organização das Nações Unidas.

Em 1956, o Brasil, como toda a América Latina, achava-se numa encruzilhada desafiadora, em que os governos tinham de optar pelo desenvolvimento ou pela estagnação. No decênio que se seguiu ao final da Segunda Guerra Mundial, a economia dos países subdesenvolvidos cresceu muito lentamente, sem que o funcionamento do sistema internacional mostrasse sinais de reversão dessa tendência. No Brasil, a taxa de crescimento entre 1948/55 foi da ordem de 3,2% a.a., enquanto a população se aproximava de 60 milhões de habitantes. A renda *per capita* era das mais baixas do mundo, até mesmo para os padrões da América Latina: Cr\$27.420,00 (moeda da época equivalente a US\$242,00 no câmbio de 1959). Vários outros países da região apresentavam renda *per capita* que variava entre US\$648 (Venezuela)

ACJ/JG



JK votando

ACJ/JG



Posse de JK - 1955



Alkmin e JK

e US\$262 (México). A população crescia à taxa anual de 2,7% – 2 milhões de pessoas –, de modo que o País teria mais de 200 milhões de habitantes no final do século.

A reorganização da economia capitalista do pós-guerra provocava a deterioração progressiva dos termos de intercâmbio para produtos primários, sendo que o valor exportado *per capita* baixara de US\$58 em 1930 para US\$39 em 1950.

Entre desenvolvimento e estagnação, com o perigo que implicava de provocar a revolta das massas desamparadas, Juscelino não hesitou: tratou de impulsionar o progresso nacional, garantindo, ao mesmo tempo, a estabilidade social e política. Ao pôr em prática o Plano de Metas, acabou por impor ao PSD, partido que o apoiava e do qual fazia parte, novos compromissos com a realidade nacional. Juscelino não defendeu o estatismo, mas sim o Estado pioneiro e promotor de atividades geradoras de riquezas. A iniciativa privada devia ser prioritariamente estimulada e ao governo cabia coordenar a mobilização do capital público e do particular, não se pondo de lado o capital estrangeiro, sempre que necessário para a formação ou o fortalecimento da infra-estrutura econômica. Juscelino não hesitou em lançar mão de múltiplas fontes de financiamento externo e de estimular a inflação até um ponto em que seus assessores econômicos julgavam controláveis, a fim de realizar o mais completamente possível o Plano de Metas. Este consistia no detalhamento de 31 objetivos prioritários de investimento, distribuídos em seis grupos: energia (metas de 1 a 5: elétrica, nuclear, carvão, petróleo, incluindo produção e refino); transportes (metas de 6 a 12: reaquecimento e construção de estradas de ferro, construção e pavimentação de estradas de rodagem, portos e barragens, expansão da tonelagem da marinha mercante e dos transportes aéreos); alimentação (metas de 13 a 18: produção de trigo, construção de silos, armazéns, matadouros, frigoríficos, mecanização da agricultura, produção de fertilizantes); indústrias de base (metas de 19 a 29: aço, alumínio, metais não-ferrosos, cimento, álcalis, papel e celulose, borracha, aumento da exportação de ferro, indústrias de veículos motorizados e de construção naval, maquinaria pesada e equipamentos elétricos); educação (meta 30). A construção de Brasília foi a meta-síntese, pois Juscelino entendia que a interiorização da Capital Federal representaria a incorporação definitiva de vastas regiões marginais do País ao processo de desenvolvimento nacional.

A habilidade política do presidente revelou-se plenamente na estratégia que seguiu para assegurar os meios de realização do seu ambicioso programa de governo. Tratou, em primeiro lugar, de assegurar a continuidade do apoio da bancada majoritária no Congresso Federal, representada pela Frente PSD/PTB. Isso se deu com o cumprimento de todos os compromissos firmados no momento eleitoral. Tanto o PSD como o PTB foram aquinhoados com posições de relevo no governo federal, nas quais podiam atender a interesses próprios de suas bases políticas. Por outro lado, assegurou a lealdade das Forças Armadas, mantendo o Ministério da Guerra sob a direção do general Lott e o comando do 1º Exército, sediado no Rio de Janeiro, nas mãos do general Odílio Denys, durante todo o seu mandato presidencial. Além do mais, no Governo JK, as Forças Armadas foram beneficiadas com equipamentos e melhores salários. A adesão dos maiores partidos e das Forças Armadas ao Governo Juscelino explicava-se também pela convergência de interesses representada no Plano de Metas. Sua realização trazia melhoria geral para todos os segmentos da sociedade. O seu caráter setorial permitia a implementação das metas sem forçar a modificação global da estrutura econômica e social do País. Nem mesmo a estrutura burocrática tradicional teve de ser modificada para atender às exigências do planejamento governamental.

Juscelino optou por organizar o que veio a ser conhecido como “administração paralela” formada por grupos de trabalho e grupos executivos das políticas inovadoras. O pessoal que os compunha era essencialmente recrutado na própria administração federal entre os que tinham a formação técnica requisitada ou o notório saber em questões específicas. Entre eles, destacaram-se o Grupo Executivo da Indústria Automobilística (Geia), instalado em 16 de junho de 1956, com a meta inicial de promover a fabricação de jipes e caminhões; o Grupo Executivo da Indústria de Construção Naval (Geicon), criado em 1958; e o Grupo Executivo da Indústria de Maquinaria Pesada (Geimape), em 1959. Em janeiro de 1957, começou a funcionar o Conselho de Política Aduaneira (CPA), com poderes para instituir e aplicar tarifas de modo flexível. Era outro instrumento essencial na política de estímulo à substituição de importações.

O esforço dirigido do Governo JK articulava-se, portanto, num contexto político nitidamente conservador. Sem apelar para reformas de base, sem afetar assim a estrutura social, mas procurando antes

ACJ/JG



Trabalho em equipe

ACJ/JG



Culto a simpatia

ACJ/JG



Busca de apoio político

mobilizar o empresariado para a tarefa de fortalecimento do capitalismo brasileiro, o quinquênio 1956/60 registrou uma média de crescimento estimada em 7,3% a.a. Esta sempre foi a prioridade maior de Juscelino na presidência da República: manter a taxa de crescimento da economia em expansão.

Via o dinamismo de modernização de todo o sistema produtivo nacional como o pré-requisito para a melhoria do padrão de vida de todos os brasileiros. Foi esse valor básico que o levou a repudiar o Plano de Estabilização Monetária que o Fundo Monetário Internacional pretendeu impor ao País a partir do final de 1958, visando controlar a crescente inflação. Juscelino argumentou então que nenhum tipo de política recessionista traria benefício ao País naquela fase de expansão econômica.

As mesmas razões de ordem econômica, fortalecidas com as oportunidades políticas, motivaram-no a patrocinar a chamada Operação Pan-Americana (OPA) em meados de 1958, que consistia numa proposta de assistência econômica e técnica continuada dos Estados Unidos em relação à América Latina, algo como uma reedição do que fora o Plano Marshall para a reconstrução da Europa pós-guerra. Tal projeto de cooperação foi recebido em Washington, "com cordialidade apenas superficial", segundo comentário de Roberto Campos. Mas acabou produzindo pelo menos um resultado positivo, que foi a criação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), instalado em 1959, com forte presença de capital público norte-americano. Foi uma vitória da diplomacia brasileira, na ocasião dirigida por Horácio Lafer, conjuntamente ajudada pelos temores de Washington diante da recente vitória da Revolução Cubana e da ascensão de Fidel Castro ao poder.

O grande problema do Governo Juscelino, como fora o do último Governo Vargas, foi justamente a questão dos meios de aumentar as divisas para a importação dos insumos básicos ao processo de desenvolvimento nacional. JK tratou de utilizar todas as fontes disponíveis de financiamento e investimento externos. Assim é que a indústria automobilística, para citar um exemplo, contou com capital japonês e europeu, num momento em que as grandes companhias norte-americanas se recusavam a participar do surto inicial de implantação desse setor. A capacidade de importação brasileira continuava ainda fortemente dependente do mercado internacional do café. O valor da saca exportada baixara de US\$68, em média,

entre 1951/54 para US\$51 entre 1956/60, o que representava uma quebra de 25% no preço médio do produto. As despesas com o café, em 4 anos, somaram Cr\$140 bilhões (valor de 1960), quantia que o governo federal foi obrigado a pôr à disposição do Instituto Brasileiro do Café para a realização da política de defesa dos mercados. Para Kubitschek, o café representava o caso típico do círculo vicioso em que se debatia a economia latino-americana, subdesenvolvida por força do estrangulamento externo, impossibilitada de atender às necessidades de investimento com as divisas provenientes da exportação de um único produto agrícola. Mesmo com as medidas que tomou para garantir os preços do café, o Governo JK viu-se alvo de severas críticas de cafeicultores paulistas e paranaenses, insatisfeitos com o que chamavam de confisco cambial, contido nos termos da Instrução nº 70 da Sumoc, de outubro de 1953, ainda em vigor. Julgavam-se prejudicados por uma política cambial que buscava assegurar condições favoráveis para a expansão do processo de substituição das importações. Juscelino, pragmaticamente, apoiou as iniciativas de Horácio Lafer para ampliar os mercados consumidores de café na área socialista.

Apesar da estabilidade que marcou seu mandato presidencial, Juscelino teve de enfrentar várias manifestações de oposição, em geral lideradas pela ala lacerdista da UDN, apoiada por setores minoritários das Forças Armadas. Foi o caso, por exemplo, da rebelião de Jacareacanga, no Pará, da qual fizeram parte oficiais da Aeronáutica, prontamente controlada pelo ministro da Guerra. Explodiu logo no início de seu governo, reflexo ainda das tensões que haviam precedido à sua posse. As greves do período foram, de certo modo, bem controladas pelo PTB, que apoiou consistentemente o governo até o final do mandato.

Foi um período de grandes realizações que conduziram o País à sua fase industrial, com a extensão da economia capitalista a todos os setores da produção. Em fevereiro de 1956, o governo federal obteve dos Estados Unidos um empréstimo de US\$35 milhões, destinados à expansão da Companhia Siderúrgica Nacional. Em meados daquele ano, comprava na Europa equipamentos para a instalação da Companhia de Aços Especiais Itabira (Acesita), cuja construção teve início em março de 1959. Na mesma época, acontecia a construção da Cosipa, em São Paulo. Em julho de 1956, o governo norte-americano liberou financiamento de US\$151 milhões para me-



Roberto Campos



Fidel Castro



Busca de apoio externo

lhoramentos ferroviários e portuários e para as obras da barragem de Três Marias, que iniciaram em 15 de setembro. Em 10 de novembro, era organizada a Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen), com a função de formar técnicos, promover a exploração e industrialização de minerais atômicos e implantar as usinas nucleares. No dia 28 de fevereiro de 1957, era planejada a Companhia Hidrelétrica de Furnas. A construção da usina começou no ano seguinte. Em janeiro de 1958, teve início a construção da refinaria de petróleo em Duque de Caxias/RJ. Em 1960, era lançada a pedra fundamental da usina de beneficiamento de urânio, em Poços de Caldas/MG, com financiamento francês. Na indústria de bens de capital, a atenção maior estava voltada para a produção automobilística. Em abril de 1958, foi fabricado no País o primeiro automóvel com 50% de peças genuinamente nacionais, o sedan-turismo DKW-Vemag. Paralelamente, a malha rodoviária era ampliada. Grande parte dos recursos para a construção das estradas que se abriram no período proveio da cobrança de impostos diferenciados sobre combustíveis e lubrificantes líquidos e gasosos. A medida foi sancionada por Juscelino em novembro de 1956. Todo esse movimento estimulou a produção de cimento e asfalto. Foram concluídas as ligações rodoviárias entre Belo Horizonte e o Rio de Janeiro (fevereiro de 1957), Brasília e Santos (novembro de 1958), Belo Horizonte e São Paulo e São Paulo e Cuiabá (outubro de 1960). A ligação Belém-Brasília exigiu a criação de um órgão especial de administração, a Rodobrás, dirigido pelo engenheiro Bernardo Sayão, com a abertura de 2 mil km de estrada. A construção naval também foi incentivada, contando com capital francês e japonês. Os estaleiros de Yshikawajima tiveram sua pedra fundamental lançada em 13 de dezembro de 1958 e os da Verolme foram inaugurados em fevereiro de 1959.

Acrescida ao Programa de Metas como sua meta-síntese, a construção de Brasília seria o símbolo do esforço desenvolvimentista de Kubitschek. Em 18 de abril de 1956, Juscelino enviou ao Congresso mensagem e projeto de lei propondo a transferência da capital da República para o Planalto Central, conforme preconizavam todas as Constituições brasileiras a partir de 1891. O projeto foi elaborado por San Thiago Dantas e transformou-se na Lei nº 2.874, sancionada em 19 de setembro de 1956. Nela fixavam-se os limites do futuro Distrito Federal, ficando o governo autorizado a criar a Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap), cuja presidência Juscelino

entregou a Israel Pinheiro, seu coestaduano e correligionário no PSD. No concurso realizado para a escolha do plano arquitetônico e urbanístico da cidade, saíram vencedores os projetos de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer. Em fevereiro de 1960, encontraram-se em Brasília, vindas dos quatro extremos do País, as quatro colunas da Caravana da Integração Nacional, formadas por veículos fabricados no Brasil. Em 21 de abril de 1960, a nova capital foi oficialmente inaugurada, já com uma população de 100 mil habitantes. Era a vitória de uma mentalidade criativa e empreendedora contra a inércia herdada do passado e dramaticamente encarnada na descrença e apatia dos próprios parlamentares que votavam as verbas e autorizações para a grande obra. Foi essa, precisamente, a visão do escritor Aldous Huxley, que viajou de automóvel de Ouro Preto a Brasília, em rodovias pavimentadas construídas pelo governador e depois presidente Kubitschek: "Que jornada dramática através do tempo e da história! Uma jornada do ontem para o amanhã, do acabado ao que está começando, de conquistas antigas para novas promessas".

Outro problema enfrentado por Juscelino foi a já secular questão do Nordeste. A miséria que atingia as populações sertanejas, as questões de terra e as migrações geravam um quadro de fortes tensões sociais, que acabaram por eclodir posteriormente nos movimentos das ligas camponesas. Durante o seu mandato, o presidente ouviu muitos interessados na solução desses problemas, inclusive a Igreja, que patrocinou dois encontros dos bispos da região, o primeiro em Campina Grande (maio de 1956) e o segundo em Natal (maio de 1959). Juscelino não se limitou a auxílios isolados destinados a minorar paliativamente os males econômicos e sociais da região. Buscou implantar as bases de uma solução definitiva para o Nordeste. Daí a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), em janeiro de 1960, cujo comando foi entregue ao economista Celso Furtado. O novo órgão destinava-se a propor e a realizar planos econômicos de recuperação das potencialidades agrícolas e industriais da região, marginalizada desde o esgotamento do ciclo da cana-de-açúcar. Seus efeitos positivos só poderiam ser sentidos, então, em longo prazo.

Juscelino não acreditava em panacéias políticas. Julgava que só do planejamento bem formulado poderia provir a solução para os grandes problemas nacionais. Já no final do mandato presidencial, dava-se conta do muito que havia ainda a ser feito para a consolidação

ALEM/IG



Israel Pinheiro

ALEM/IG



Oscar Niemeyer

AV



Celso Furtado

do Brasil como país moderno, fundado na economia industrial capitalista. Ocorreu então a vinculação da campanha sucessória de 1960, quando o PSD apresentou a candidatura do marechal Lott, ficando determinado que Juscelino retornaria à competição pela mais alta magistratura do País, em 1965. A aliança política PSD/PTB, que assegurava sua vitória em 1965, enfraquecia-se à medida que o PTB avançava como força política independente até mesmo em redutos possedistas tradicionais na zona rural. Daí uma tendência de aproximação do PSD com a UDN, partidos representativos de orientações políticas mais conservadoras.

O Governo JK caracterizou-se pela estabilidade política, em contraste com o padrão de instabilidade crônica que marcou a vida da Nação desde 1930. Juscelino foi o único presidente civil que, entre 1930 e 1964, conseguiu chegar constitucionalmente ao final do mandato, mantendo, além do mais, o ritmo de crescimento econômico do País que, segundo dados da Fundação Getúlio Vargas, foi, em média, de 7.8% a.a. entre 1957 e 1960, mais que o dobro de 1955 (3,2%). Os empregos no setor industrial cresceram 29% no decênio 1950/60, inferior, contudo, ao crescimento demográfico (37,2%). O avanço se deu com a colaboração do capital estrangeiro, um montante de US\$2,18 milhões entre 1955 e 1961, e com a crescente participação do governo na formação de capital fixo. Excluídas as empresas estatais, tal participação passou de 25,6% no período de 1953 a 1956 para 37,1% no quadriênio seguinte. Destituído de aparência carismática, com simplicidade e naturalidade, Kubitschek foi um pregoeiro do desenvolvimento econômico. Os anos de seu governo foram marcados sobretudo pelo otimismo que procurou incutir em todos os brasileiros. O sorriso de JK, o ritmo de Brasília, o avião presidencial sempre no ar fiscalizando as obras, o homem de Diamantina na televisão – foi ele o primeiro presidente da República a utilizá-la para o diálogo com a Nação – prestando contas do que estava fazendo, tudo contribuía para convencer de que dias melhores estavam por vir. “Outros governos – disse ele, por ocasião do ano-novo, um mês antes de passar a faixa presidencial a Jânio Quadros – poderão empreender a revalorização da moeda, com os aplausos e o apoio de toda a Nação, mas não poderiam fazê-lo, de forma alguma, se encontrassem o País atado a uma situação colonial, sem estradas, sem energia, sem obras de base. (...) Não fecho os olhos à realidade. Conheço e reconheço que é um trabalho imenso o que

desafia os nossos administradores e homens públicos. Sei que o pauperismo continua a afligir-nos. Sei que não foram extintas as fontes de sofrimento e da miséria. Mas, ao mesmo tempo que me dou conta disso, dou-me conta também de que já não aceitamos um destino negativo. Se é verdade que certos brasileiros procuram defender um ritmo meramente vegetativo para o progresso nacional, também existe um outro Brasil inconformado, combativo, pioneiro, inimigo do atraso, envergonhado com a posição secundária em que vivia”.

Ainda no final do mandato, começava a ser preparada a campanha para sua reeleição, já circulando o *slogan* JK-65. Em dezembro de 1960, políticos de Goiás iniciam um movimento para que Juscelino ocupasse uma das cadeiras daquele Estado no Senado. Para abrir a vaga, o senador Taciano Gomes de Melo renunciou ao mandato, em janeiro de 1961, sendo nomeado ministro do Tribunal de Contas do Distrito Federal. No dia 4 de junho de 1961, Juscelino elegia-se senador por Goiás. Quando da renúncia do presidente Jânio Quadros, manifestou-se a favor da posse do vice João Goulart, contra a opinião dos ministros militares. Não aderiu ao sistema parlamentar, então introduzido para resolver a crise sucessória. Fez campanha pela volta ao presidencialismo, defendendo a antecipação do plebiscito marcado para 1965.

Em meio a rumores de conspiração e do clamor social pelas reformas de base, os partidos começaram a tratar da sucessão de João Goulart. O PSD homologou sem problemas a candidatura de Juscelino, enquanto a UDN verificava as possibilidades de Carlos Lacerda. Já como candidato, na convenção do PSD realizada em Brasília em 21 de março de 1964, Kubitschek afirmava que o futuro quinquênio seria o da agricultura. Acrescentava: “A reforma agrária está hoje incorporada ao contexto das plataformas autenticamente democráticas (...) Com seu duplo caráter social e econômico, é inevitável.” Prometia a transformação de forma gradual, que não causasse traumas à Nação. Deveria ser acompanhada de um estatuto do trabalhador rural que assegurasse seus direitos básicos e o fixasse à terra de modo permanentemente produtivo e justo. Apresentou um programa que continha 90 metas, com forte ênfase na solução dos problemas sociais. Nele se incluía a criação do Ministério da Habitação e de um Fundo Especial destinado ao financiamento de casas populares. Prometia, também, ampliar a participação do corpo político, estendendo-a a todos os seto-



JK e família



Carlos Lacerda



João Goulart

res das Forças Armadas. Afirmava que, “por um contato mais estreito com as classes proscritas desse direito, nelas encontrei o amadurecimento político e cultural de que a Nação não pode prescindir”. Terminou o discurso em que aceitava sua candidatura com uma apologia da democracia: “Vamos para essa jornada animados por dois propósitos: o do desenvolvimento com as reformas necessárias e o da legalidade (...) vamos para as reformas, mas sob o império absoluto da lei. (...) Ao dilema absurdo – estagnação ou revolução – opomos o lema progresso e liberdade! O que desejamos (...) é a bandeira da reforma, e não a reforma da Bandeira.”

Os acontecimentos, no entanto, precipitaram-se num sentido que desmentia a proposta conciliatória de Kubitschek, que recusara aderir ao movimento militar de 31 de março de 1964, que depôs o presidente Goulart. O PSD, seguindo orientação dominante na cena política civil, ajudou com o voto de sua bancada no Congresso a eleger o marechal Castelo Branco primeiro presidente do novo regime. Juscelino seguiu seu partido confiando na realização plena do calendário eleitoral prefixado. Mas, em 3 de junho de 1964, o general Arthur da Costa e Silva pediu a cassação do mandato e dos direitos políticos do ex-presidente, alegando que ele também era responsável pela deterioração política no País. A medida visava impedir “futuras manobras políticas” de Juscelino. Em represália, o PSD retirou-se do bloco parlamentar de apoio ao governo militar.

Juscelino partiu para a Europa, em exílio voluntário, em 14 de junho de 1964, não sem ter recebido caloroso apoio de setores relevantes de toda a sociedade brasileira. As eleições presidenciais foram adiadas para outubro de 1966. Em 1965, a oposição saiu vitoriosa em Minas e na Guanabara, por ocasião das eleições para o governo do Estado.

Em 4 de outubro, Juscelino retornava ao País, para logo assistir à promulgação do Ato Institucional nº 2 (AI-2), que extinguiu o sistema partidário vigente, criando em seu lugar a Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido do governo, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que congregava a oposição. O mesmo ato estabelecia eleições indiretas para a presidência da República. Nessa ocasião, Juscelino foi chamado a depor em sucessivos inquéritos policiais militares.

Desgostoso com o regime, decidiu partir para Nova York, em novembro de 1965. Dos Estados Unidos transferiu-se para Lisboa,

onde acabou participando da formação da então chamada Frente Ampla, que reunia também João Goulart e Carlos Lacerda. O movimento visava mobilizar forças para a reconstitucionalização do Brasil. Em 28 de outubro de 1966, lançou um manifesto em que demandava eleições livres e diretas, reforma partidária e institucional, retomada do desenvolvimento econômico e adoção de uma política externa soberana. Mas o movimento não conseguiu obter consenso entre os opositores do regime militar, acabando por dissolver-se oficialmente em junho de 1967.

Juscelino retornou ao Brasil em outubro de 1967, tendo sido então advertido pelo governo de que poderia ser confinado por 60 dias caso voltasse a participar de atividades políticas. A situação nacional agravou-se no transcorrer de 1968, processo que culminou com a decretação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), de 13 de dezembro de 1968, que pôs o Congresso em recesso por tempo indeterminado e suspendeu a vigência normal dos direitos políticos garantidos pela Constituição de 1967. Nessa ocasião, Juscelino ficou detido por nove dias no quartel do 3º RI, sediado em São Gonçalo/RJ. Depois disso, abandonou a política, dedicando-se apenas a atividades particulares. Desde 1967, assumira o cargo de diretor-presidente do Banco Denasa, deixando-o em 1976 para dedicar-se exclusivamente à sua fazenda em Luziânia, no Estado de Goiás.

Em junho de 1974, foi eleito membro da Academia Mineira de Letras. No ano seguinte, concorreu a uma vaga na Academia Brasileira de Letras, mas foi derrotado pelo escritor Bernardo Elis. Em junho de 1976, recebeu o troféu Juca Pato, da União Brasileira de Escritores.

No dia 22 de agosto desse mesmo ano, Juscelino faleceu num acidente automobilístico. O velório no Rio de Janeiro e o sepultamento em Brasília deram ensejo a grandes manifestações populares. O então presidente Ernesto Geisel decretou luto oficial, primeira homenagem do governo militar a um político cassado. Em 12 de setembro de 1981, foi inaugurado em Brasília o Memorial JK, projetado por Oscar Niemeyer.

Além de um grande número de discursos e conferências, são de sua autoria as obras: “Sentido democrático de uma campanha”, 1956; “Uma campanha democrática”, 1959; “Discursos”, 1957/71, 5 volumes; “Por que construí Brasília”, 1975; “Meu caminho para Brasília”, 1974/78, 3 volumes.

AALEMV/JG



Costa e Silva

AALEMV/JG



Ernesto Geisel

AALEMV/JG



Funeral de JK